



RESUMO MENSAL DA LEGISLAÇÃO MARÇO 2024

Diário da República:

- **Lei n.º 29/2024, de 05.03.2024**
Define o regime de regularização dos edifícios-sedes e similares das associações sem fins lucrativos.
- **Declaração de Retificação n.º 15/2024/1, de 05.03.2024**
Retifica o Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, que procede à revisão do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública.
- **Declaração de Retificação n.º 15-A/2024/1, de 05.03.2024**
Retifica o Decreto-Lei n.º 4/2024, de 5 de janeiro, que institui o mercado voluntário de carbono e estabelece as regras para o seu funcionamento.
- **Despacho n.º 2404/2024, de 06.03.2024**
Criação do Observatório Nacional da Pobreza Energética (ONPE-PT).
- **Regulamento n.º 258/2024, de 06.03.2024**
Aprova o Regulamento de Normalização dos Procedimentos para o Registo Informático das Declarações Únicas de Rendimentos, Património, Interesses, Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos, Altos Cargos Públicos e Equiparados.
- **Aviso n.º 4847/2024/2, de 06.03.2024**
Entrada em funcionamento da plataforma eletrónica da Entidade para a Transparência.
- **Portaria n.º 85/2024/1, de 07.03.2024**
Segunda alteração à Portaria n.º 262/2021, de 23 de novembro, que aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos às Empresas «Promoção da Bioeconomia Sustentável».
- **Portaria n.º 107/2024/1, de 15.03.2024**
Fixa o valor da «taxa sanitária e de segurança alimentar mais» para o ano de 2024.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2024, de 15.03.2024**
Aprova o Plano de Ação para o Biometano 2024-2040.



- **Portaria n.º 109/2024/1, de 18.03.2024**
Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivo às Empresas «Descarbonização dos Transportes Públicos», inserido no investimento RP-C21-i12 medida reforçada: descarbonização dos transportes públicos, do Plano de Recuperação e Resiliência.
- **Aviso n.º 5815/2024/2, de 18.03.2024**
Abertura de candidaturas ao apoio financeiro a projetos no âmbito da «Educação Ambiental: Laboratório de Cidadania 2023».
- **Despacho n.º 2921/2024, de 18.03.2024**
Terceira alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais de Valongo e respetivo organograma.
- **Decreto-Lei n.º 21/2024, de 19.03.2024**
Cria o Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva+TP).
- **Decreto-Lei n.º 22/2024, de 19.03.2024**
Prorroga as medidas excecionais de simplificação dos procedimentos de produção de energia a partir de fontes renováveis.
- **Decreto-Lei n.º 24/2024, de 26.03.2024**
Altera os regimes da gestão de resíduos, de deposição de resíduos em aterro e de gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produto.
- **Portaria n.º 116/2024/1, de 26.03.2024**
Altera a Portaria n.º 100-A/2021, de 11 de maio, que fixa a estrutura nuclear da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2024, de 26.03.2024**
Determina que se proceda à criação de um sistema de incentivos a «Investimentos em Setores Estratégicos», no âmbito do Regime Contratual de Investimento e ao abrigo do Quadro Temporário de Crise e Transição.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2024, de 26.03.2024**
Cria a Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-E/2024, de 28.03.2024**
Autoriza o Fundo Ambiental e a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., a realizar a despesa para assegurar os processos aquisitivos relativos ao desenvolvimento de uma campanha de sensibilização, informação e comunicação sobre resíduos urbanos.



Nota: Discussão pública do projeto de Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho 2024 – 2026 (PALM2026).



Legislação publicada no Jornal Oficial da União Europeia

Jornal Oficial da União Europeia:

- Regulamento Delegado (UE) 2024/818 da Comissão, de 28 de novembro de 2023, que altera as normas técnicas de regulamentação estabelecidas no Regulamento Delegado (UE) n.º 153/2013 no respeitante à prorrogação das medidas de emergência temporárias relativamente aos requisitos em matéria de garantias das CCP.
- Recomendação (UE) 2024/597 da Comissão, de 18 de dezembro de 2023, relativa ao projeto de atualização do plano nacional integrado em matéria de energia e de clima apresentado por Portugal para o período 2021-2030 e à compatibilidade das medidas estabelecidas por Portugal com o objetivo de neutralidade climática da União e com a garantia de progressos em matéria de adaptação.
- Diretiva (UE) 2024/884 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2024, que altera a Diretiva 2012/19/UE relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE).
- Regulamento (UE) 2024/868 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2024, que altera a Decisão 2009/917/JAI do Conselho a fim de a harmonizar com as normas da União em matéria de proteção de dados pessoais.